CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 075 / 17

PROJETO DE LEI Nº 008 Complementar

AUTOR: Chefe do Executivo

ASSUNTO: "Dispõe sobre alterações, inclusão e exclusão de dispositivos da lei complementar nº 161, de 14.12.2007 e suas consequentes alterações em conformidade com a lei complementar Federal nº 157, de 25.12.2016, e dá outras providências."

TREMEMBÉ, 11 DE agosto DE 2017

Rubens Artes Gráficas - (12) 3632.3527

Às comissões

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

Ofício nº 509/2017-GP.

Tremembé, 11 de agosto de 2017.

Proc. 075/17 Fls 2
Rubrica:

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé
Protocolo Nº 495
Data 11/08/17

SENHOR PRESIDENTE,

Somos presentes a Vossa Excelência por intermédio deste para, respeitosamente, encaminhar o Projeto de Lei Complementar nº 008/2017, para apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa.

A primeira questão, objeto de analise deste projeto, diz respeito à possibilidade de cobrança de ISSQN sobre o valor do serviço, por homologação.

Assim, em primeiro plano será analisada a questão da tributação dos serviços de cartórios quanto à base de cálculo do ISSQN.

Nesse quesito, convém ressaltar que a Lei Complementar nº 116/2003, ao instituir as normas gerais do ISSQN, autorizou a cobrança do ISS de prestadores de serviços públicos de registros, cartório e notas. O que posteriormente foi validada através da ADIN 3.089, desfazendo qualquer dúvida sobre sua efetiva cobrança.

Todavia, esta análise sobre o ISS esbarrou inicialmente no Decreto Lei nº 406/68, uma vez que, a regra geral imposta pelo artigo 7º da Lei Complementar nº 116/03, não invalidou expressamente o quesito especial adotado anteriormente através do art. 9º, § 1º, vindo a ser recepcionado e aplicado amplamente pela maioria dos municípios.

Cabe ressaltar que, os municípios que aderiram à cobrança por meio de alíquotas fixas, o fizeram com base na premissa de que, sendo os notários prestadores de serviço sob forma de trabalho pessoal, estariam amparados pelo regime especial descrito no artigo 9º, §1º do Decreto Lei nº 406/68, ignorando dessa forma a capacidade contributiva dos notários, passando a cobrá-los em conformidade com o Decreto Lei nº 406/68:

> Art. 9º - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.
> § 1º Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado, por meio de alíquotas fixas ou variáveis, em função da natureza do serviço ou de outros

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

ÀS COMISSÕES
em__/__/__
Presidente

fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

Todavia, recentes julgados do STJ e STF têm afastado a noção de caráter pessoal nos serviços exercidos pelos notários, uma vez que ao desempenharem a atividade delegada pelo Poder Público com a colaboração e auxílio de empregados (substitutos, escreventes e auxiliares), o serviço por eles prestado perde o caráter pessoal, de modo a afastar, de plano a incidência do regime inscrito no § 1º do art. 9º do Decreto Lei nº 406/68, remetendo-se à regra geral de cálculo do ISS.

Nesse sentido:

> AgRg no AgRg no AREsp 715438/SP - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2015/0120635-2
> **Relator:** Ministro SÉRGIO KUKINA - T1 **DJe 03/12/2015**
> **Ementa:** TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. **ISS.** RECOLHIMENTO PELO SISTEMA ESTABELECIDO NO ART. 9º, § 1º DO DL 406/68. ATIVIDADE CARTORÁRIA. NÃO CABIMENTO. ENTENDIMENTO PACÍFICO DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. 1. O entendimento consolidado da Primeira Seção desta Corte Superior é no sentido de que **não se aplica aos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, a sistemática de recolhimento de ISS prevista no art. 9º, § 1º, do Decreto Lei nº 406/68, pois, além de manifesta a finalidade lucrativa, não há a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte**. Precedentes: REsp 1.328.384/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 04/02/2013, DJe 29/05/2013, AgRg no REsp 1.331.931/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 12/03/2013. [...]
>
> ARE 666567 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Relator(a): Min. LUIZ FUX Julgamento: 29/05/2012 Órgão Julgador: Primeira Turma

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DJe-120 DIVULG 19-06-2012 PUBLIC 20-06-2012
Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE ISSQN SOBRE SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS. TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA NA FORMA DO ARTIGO 9º, § 1º, DO DECRETO LEI Nº 406/68 E LC Nº 116/03. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL E REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 279/STF. INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.
1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (artigo 323 do RISTF).
2. Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (artigo 102, III, § 3º, da CF).
3. In casu, o acórdão recorrido assentou: APELAÇÃO CÍVEL. PRETENSÃO DE INCIDÊNCIA DE ISS DE FORMA FIXA. ART. 9º, § 1º, DO DECRETO LEI Nº 46/68. SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS CARTORÁRIOS E NOTARIAIS. MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA. **A questão de incidência do ISS sobre os serviços cartorários e notariais previstos nos itens 21 e 21.1 da lista anexa à LC 116/2003 foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.089/DF proposta pela ANOREG Associação dos Notários e Registradores do Brasil, declarando o STF a constitucionalidade de tal prática.** Reconhecida a incidência do tributo sobre dito serviço, **a interpretação do § 1º do art. 9º do Decreto Lei nº 406/68 em relação a tais atividades deve ser feita em consonância com o julgado do STF.** O argumento esposado naquele órgão de que a incidência **do ISS dá-se em razão da capacidade contributiva é contrário à idéia de tributação de forma fixa. O viés lucrativo também reconhecido no julgado não se coaduna com a noção de remuneração do próprio trabalho**. **Os serviços cartorários, registrais e notariais são prestados pelos titulares da delegação e equipe de funcionários contratados, não se podendo considerá-los como trabalho pessoal, o que afasta a tributação privilegiada contida no art. 9º, § 1º, do Decreto-Lei nº 406/68.** Precedentes do STJ e desta Corte. (...)".

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

4. Verificar se a prestação de serviços da sociedade profissional se enquadra no disposto no § 1º do artigo 9º do Decreto Lei n.º 406/68, demandaria o prévio exame de fatos e provas e de legislação infraconstitucional, o que inviabiliza o extraordinário. Incidência do Enunciado da Súmula n.º 279/STF
5. Precedentes: AI n.º 723.796/BA, relator o Ministro Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 19.2.2010; RE n.º 265.614-AgR/PR, relatora a Ministra Ellen Gracie, Primeira Turma, DJ de 28.6.2002; e AI n.º 587.089-AgR/RS, relatora a Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 18.9.2009.
6 . Agravo regimental não provido.

AgRg no AREsp 393257 / RS - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2013/0300282-0
Relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES – T 2 **DJe 03/09/2015** -
Ementa: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ISSQN. DECRETO-LEI 406/68. CARTÓRIO. SERVIÇOS PRESTADOS POR NOTÁRIO E REGISTRADOR. **AUSÊNCIA DE CARÁTER PESSOAL. ATIVIDADE EMPRESARIAL**. PRETENSÃO DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EM ALÍQUOTA FIXA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PENDENTE DE JULGAMENTO, COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA, VERSANDO SOBRE MATÉRIA ANÁLOGA À DOS PRESENTES AUTOS. INEXISTÊNCIA DE EFICÁCIA PARALISANTE. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. O pedido de suspensão do julgamento do Recurso Especial, em razão do reconhecimento de repercussão geral da matéria, pela Suprema Corte, não encontra amparo legal. A verificação da necessidade de sobrestamento do feito terá lugar quando do exame de admissibilidade de eventual Recurso Extraordinário a ser interposto, a teor do art. 543-B do Código de Processo Civil. Precedentes do STJ. II. Na linha de iterativos precedentes desta Corte, "**é firme o entendimento no sentido de que não se aplica aos serviços de registros públicos, cartorários e notariais a sistemática de recolhimento de ISS prevista no art. 9º, § 1º, do Decreto-Lei n. 406/68, uma vez que a interpretação da referida legislação federal deve ser feita nos limites da decisão, com efeitos erga omnes, proferida na ADIN 3.089/DF pelo STF**. Reconhecido **o caráter empresarial pelo STF,** descabido o benefício do art. 9º, § 1º, do Decreto Lei nº 406/68 aos serviços de registros públicos,

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

> **cartorários** e notariais. **A jurisprudência do STJ é pacífica ao determinar a incidência de ISS sobre serviços cartorários na forma variável"** (STJ, EDcl no AREsp 431.800/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2014). III. Agravo Regimental improvido.

Não se trata de trabalho pessoal e a remuneração não remunera o trabalho próprio do tabelião ou do oficial, cuja atividade, no caso, é de cunho empresarial, administrando as atividades como um todo com o intuito de obter um lucro pelo somatório dos serviços prestados.

Portanto, a cobrança de ISS sobre cartórios deve ter como base de cálculo o preço do serviço prestado, não sendo mais cabível o estabelecimento de ISS fixo.

Todavia, convém esclarecer que, deve-se ter em mente ao adotar o **preço sobre serviço** qual o montante fará parte da base de cálculo, já que parte dos emolumentos que o tomador do serviço paga aos cartórios é composto por taxas estaduais, evitando assim possíveis processos e novas adequações da legislação.

No tocante a base de cálculo, a primeira coisa a ser definida é se a mesma deve atingir o valor total dos emolumentos ou somente o que é efetivamente receita do cartório (aquilo que não é taxa).

Sobre o tema, interessante observar o julgado do Superior Tribunal de Justiça- STJ, sobre os serviços de agenciamento de mão-de-obra temporária, cujo o raciocínio, entretanto, pode ser muito bem aplicado, à hipótese em estudo, *mutatis mutandis*, que fez importante distinção entre receita e mera entrada financeira:

- Receita: é a entrada que incrementa o patrimônio do contribuinte;
- Entrada financeira: valores que apenas transitam temporariamente pelo caixa do contribuinte para depois serem repassados aos seus verdadeiros titulares.

Essa é a tendência da doutrina e jurisprudência em nosso país. Nesse sentido, a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul esclarece que somente parte da arrecadação dos emolumentos é efetivamente taxa, o restante é receita do cartório.

Os notários e tabeliães apenas arrecadam em nome do Estado (titular do tributo) as taxas em razão do serviço público prestado (delegação de função de arrecadar), mas delas não são titulares, Artigo 7º, caput e § 3º, do CTN.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

O que é assegurado aos agentes delegados é apenas uma parcela dos emolumentos e custas adimplidos pelas pessoas que utilizam os serviços de cartório e de registro, sendo esta a sua remuneração(preço do serviço), base de incidência do ISS (Tribunal de Justiça do Rio Grande de Sul, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70020174314, Rel. Des. Osvaldo Stefanello, julgado em 12.05.2008)

Ressalta-se que, os valores pagos a título de taxas não podem compor a base de cálculo do imposto. O ISS incide sobre o valor que efetivamente é recebido pelo serviço, valores que pertencem ao Estado não integram a base de cálculo do tributo.

Por esse motivo, alguns Municípios, como Bauru, Curitiba e Porto Alegre, resolveram alterar suas leis e abrir exceção de não integrar na base de cálculo o valor do imposto no caso de Cartórios.

Município de Bauru (Lei Municipal nº 5077/2003):

> Art. 12.(...)
> § 4º - O ISSQN previsto no item 21.01, da Tabela I, anexa à presente lei, somente incidirá sobre os valores dos emolumentos recebidos a título de remuneração para si próprios pelos oficiais de registros públicos, cartorários e notariais.

A Lei Complementar n. 7/1973, com suas alterações, do Município de Porto Alegre:

> "Art. 56. Os tabeliães e escrivães deverão destacar, na respectiva nota de emolumentos dos serviços prestados, o valor relativo ao imposto, calculado sobre o total de emolumentos e acrescido destes. Parágrafo único. O valor do imposto destacado na forma do "caput" não integra o preço do serviço".

O procedimento adotado por Bauru e Porto Alegre é o chamado "ISS por fora", e necessita de constar expressamente na lei municipal, como os dois Municípios fizeram. Vale observar que os titulares de cartórios continuam sendo os sujeitos passivos da obrigação, podendo, porém, cobrar o imposto diretamente dos seus tomadores de serviços.

Não resta dúvida de que a incidência do ISSQN dar-se-á sobre o preço do serviço, ficando afastada a possibilidade de tributação por valor fixo, que não leva em consideração o valor dos serviços prestados.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

Finalizando a análise, a base de cálculo do ISS nos serviços cartoriais e notariais deve ser o preço efetivamente pago pelo serviço, reduzindo-se os valores correspondentes às taxas estaduais.

Todavia, destacamos como melhor exemplo a ser seguido Curitiba, com suas recentes alterações a serem implantadas em breve, a qual destacamos a seguir:

> Art. 13-B. A base imponível do Imposto Sobre Serviços devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados e demais verbas que representem remuneração pelos serviços prestados.
> § 1º - Não integra a base de cálculo o valor:
> I- dos selos de fiscalização, taxas judiciárias e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;
> II- de títulos pagos, apontados para protestos, dos juros de distribuição;
> III- repassados a Juízes de paz conforme tabelas oficiais;
> § 2º - Incorporam-se a base de cálculo do imposto de que trata o caput deste artigo, no mês de seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima de serventia.
> § 3º - A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do Imposto sobre serviços se fara mediante demonstração dos repasses efetuados, conforme a legislação especifica que os rege.
> § 4º - Deverão ser mantidos os originais dos documentos comprobatórios de que trata o § 3º acima, pelo prazo definido na legislação, e apresentados à Administração Tributária sempre que solicitado.
> § 5º - Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados.
> § 6º - O valor do imposto destacado, na forma do parágrafo acima, não integra o preço do serviço.

Pelo exposto, respondendo a análise no tocante a forma de cobrança de ISS dos cartórios e notas, é competente o Poder Legislativo para instituir a cobrança sobre preço do serviço nos termos do artigo 7º da Lei Complementar nº 116 de 2003, desde que previsto no Código Tributário Municipal, desde que a base de cálculo seja o preço efetivamente pago pelo serviço, reduzindo-se os valores correspondentes às taxas estaduais.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

Conseqüência direta do fato do imposto ser calculado sobre o preço do serviço, não se submetendo ao regime de tributação fixa, o lançamento do ISSQN dos serviços notariais e de registros públicos dar-se-á na modalidade "por homologação", previsto no art. 150 do Código Tributário Nacional. Assim, cabe ao titular da serventia apurar e recolher o tributo devido, independente de qualquer ação prévia da autoridade administrativa. Esta modalidade de lançamento vai atingir tanto os serviços próprios (delegados) como os não próprios eventualmente prestados.

O Fisco tem a prerrogativa de, no prazo de cinco anos, verificar se os valores apurados e recolhidos no prazo legal estão de acordo com a realidade dos fatos. Encontrando omissão ou inexatidão, efetuará lançamento de ofício relativo às diferenças identificadas.

Cabe ressaltar que, na fiscalização dos contribuintes sujeitos ao lançamento por homologação, como é o caso, deve haver a identificação de todos os fatos tributáveis, da base de cálculo e do imposto correspondente, confrontando os dados levantados com a apuração e recolhimento efetuados pelo sujeito passivo no prazo legal.

Portanto, interessam ao Fisco todos os documentos dos quais possam ser extraídos fatos tributáveis e o preço dos serviços, base de cálculo do ISSQN.

De extremo interesse para a fiscalização dos serviços notariais e de registro, é saber que, de acordo com a Lei 8.935/1994, os titulares das serventias são obrigados a emitir recibos relativos aos emolumentos percebidos (Art. 30, IX) e afixar as tabelas de emolumentos (Art. 30, VII). A obrigação de emitir recibos também está prevista na Lei 10.169/2000 – Lei dos Emolumentos - que vai além e determina a *"indicação definitiva e obrigatória dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado, em conformidade com a tabela vigente ao tempo da prática do ato"*.

Portanto, os recibos e as Tabelas de Emolumentos podem se configurar em importantes instrumentos de mensuração dos fatos geradores do ISSQN e podem ser solicitados pelos fiscais no início ou no curso de procedimento regular.

Em relação à contabilidade, os titulares das serventias são obrigados a manter Livro Caixa.

Nesse sentido, não deve passar ao largo a questão de ser o titular cartório extrajudicial um potencial tomador de serviços, e assim sendo, este pode ser obrigado pela legislação

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

municipal a prestar informações, em forma de declaração eletrônica, livro fiscal ou outra modalidade, relativas aos serviços tomados.

A legislação municipal também poderá responsabilizar o titular dos serviços pela retenção e recolhimento do ISSQN em relação a serviços tomados, lembrando que a instituição de tal responsabilidade não poderá resultar na invasão da competência tributária de outros municípios. Em outras palavras, a atribuição de responsabilidade deverá observar as normas relativas ao local de recolhimento do imposto, estatuídas pelo artigo 3° da Lei Complementar n°116, de 2003.

É nosso entendimento ainda que, a fiscalização e o lançamento do ISSQN incidente sobre os serviços notariais e de registros públicos são imperativos. Mas é importante que se dê atenção especial não apenas ao passado, mas também que se prepare o futuro. As Administrações Tributárias municipais têm que pensar em como mensurar os fatos geradores que estão acontecendo hoje. A solução pode estar na efetivação da exigência do cumprimento das obrigações acessórias pelos titulares dos serviços, inclusive e principalmente, a emissão de documento fiscal para acobertar cada operação realizada, nele evidenciando o preço do serviço prestado, base de cálculo do ISSQN.

Sendo assim, esse parecer é favorável à cobrança de ISSQN pelo preço do serviço nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 116 de 2003, sendo lícito à cobrança por homologação nos termos do artigo previsto no art. 150 do Código Tributário Nacional. Não obstante, carece que sejam observadas as formalidades quanto a sua adoção pela legislação municipal vigente.

Das Administradoras de Cartões de Crédito e Débito

Quanto às alterações referentes às cobranças relativas às operadoras de cartão de crédito ou débito, esse parecer também se propõe a atualização das obrigações acessórias e o acréscimo de dispositivo legal no qual será determinada as informações legais necessárias a serem prestadas ao fisco, bem como a imposição de penalidades pelo descumprimento da lei pelos serviços prestados pelas Credenciadoras prestadoras de serviços para as Administradoras de cartões de crédito ou débito.

Com a derrubada do Veto 52/16, a cobrança de ISS será feita no Município do domicílio dos clientes de cartões de crédito e débito, leasing e de plano de saúde e não mais no município do estabelecimento que presta esses serviços, consagrando o imposto o ISS devido nestas operações como devido ao município tomador da operação.
Assim, necessária se faz a inclusão de obrigações acessórias quanto à responsabilização das credenciadoras prestadoras de serviços para as administradoras de cartão de crédito.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

Nesse contexto, cidades como Curitiba já incluíram em sua legislação as observações pertinentes às credenciadoras como bem demonstraremos:

> Art. 31-A. As credenciadoras que prestam serviço para administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a prestar informações ao Fisco Municipal sobre as operações cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito ou débito promovidas por estabelecimentos de serviços localizados em Curitiba.
> § 1º - As informações sobre operações efetuadas com cartões de crédito ou débito compreenderão os montantes globais por estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Curitiba, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas.
> § 2º - Considera-se credenciadora a empresa prestadora de serviços para administradoras de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Curitiba, a pessoa jurídica responsável pela filiação destes estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito e débito.
> § 3º - Regulamento disciplinará a forma, os prazos e demais condições necessárias ao cumprimento da obrigação de que se trata este artigo.
>
> Art. 31-B O não cumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará as pessoas jurídicas credenciadoras às seguintes infrações:
> I- Multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), por mês, pela não apresentação, na conformidade do regulamento, das informações relativas a utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Curitiba;
> II- Multa de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por mês, pela apresentação fora do prazo estabelecido em regulamento, ou pela apresentação com dados inexatos ou incompletos, das informações relativas à utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Curitiba.

No tocante ao inciso XXIII, com relação a inclusão do domicílio do tomador, deve ser observado os diversos julgados relativos a abrangência da incidência, uma vez que as empresas de plano de saúde não prestam serviços de saúde, mas serviços de administração de plano de saúde. Assim, ao pagarem a mensalidade do plano de saúde, o consumidor está

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

remunerando dois serviços: os de saúde, prestados por médicos e hospitais, mediante repasse que será feito pela operadora do plano, e os da administração do plano.

Deste modo, o preço do serviço de administração de plano de saúde corresponde à parcela dos valores recebidos dos consumidores que remunera especificamente esse serviço, ou seja, é o resultado operacional.

Foi esse entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça), quando se manifestou alegando que "Nas operações decorrentes de contrato de seguro-saúde, o ISS não deve ser tributado com base no valor bruto entregue à empresa que intermedeia a transação, mas sim pela comissão, ou seja, pela receita auferida sobre a diferença entre o valor recebido pelo contratante e o que é repassado para terceiros, efetivamente prestadores dos serviços".

O STF ao publicar recente Acordão referente ao Recurso Extraordinário –RE 651703:

> [...] **25. A base de cálculo do ISSQN incidente tão somente sobre a comissão, vale dizer: a receita auferida sobre a diferença entre o valor recebido pelo contratante e o que é repassado para os terceiros prestadores dos serviços, conforme assentado em sede jurisprudencial. (Recurso Extraordinário RE 651703)** DATA DE PUBLICAÇÃO DJE 26/04/2017 - ATA Nº 55/2017. DJE nº 86, divulgado em 25/04/2017

Assim, verificamos que para perfeita adequação a Lei Complementar nº 157 de 2016, o ISSQN não deve contemplar o valor bruto pago ao plano de saúde, mas sim a comissão, ou seja, a receita obtida sobre a diferença entre o valor recebido pelo contratante e o repassado a terceiros que prestam serviços médicos. Devendo assim ser mantida a forma de cobrança feita pelo Município.

Para não incorrer em bitributação, uma vez que é entendimento do STF que o ISSQN se materializa somente no tocante a comissão, ou seja, deverá incidir apenas sobre o valor líquido recebido pelas empresas, excluindo da base de cálculo do tributo os montantes repassados aos médicos, hospitais, laboratórios e outros prestadores de serviços cobertos pelos planos.

Cabe ressaltar que aquele que pratica fato gerador do ISS **deve** recolher o valor do respectivo tributo, mesmo que esta não seja sua atividade preponderante e que a omissão da nota fiscal caracteriza a omissão do fato gerador do tributo à autoridade fazendária, devendo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

assim o Município instituir obrigações acessórias quanto a apresentação de documentos comprobatórios da efetiva prestação de serviço nos termos do item 4.22, 4.23 e 5.09:

Colacionamos assim para melhores entendimentos a Resolução SMF nº 2617 de 2010:

A prefeitura do Rio de Janeiro, através de resolução SMF nº 2.617/10, passou a exigir a Nota Fiscal das administradoras de planos de saúde, sendo alterada a forma de apresentação através da Resolução SMF SMF nº 2759/2013:

> A partir deste mês de março, com a publicação da Resolução SMF nº 2.759, de 28/02/2013, as administradoras de benefícios relativos a planos privados de assistência à saúde coletivos, empresariais ou por adesão, deverão emitir NFS-e - Nota Carioca em regime especial, deixando de emitir uma Nota Carioca por serviço prestado e para cada tomador.
> Ao invés disso, essas administradoras deverão emitir a Nota Carioca uma vez por mês para cada pessoa jurídica contratante, informando os dados de cada contratante, na forma do novo § 13 do art. 10 da Resolução SMF nº 2.617/2010.
> Porém, tais estabelecimentos ficam obrigados a emitir relatório de controle mensal da emissão de boletos para os usuários dos plano de saúde e para as pessoas jurídicas contratantes dos planos.

No mesmo sentido a Prefeitura de São Paulo, através da Instrução Normativa, IN SF/SUREM nº 1/2013, disciplina a emissão de Declaração de Plano de Saúde:

> Art. 1º - Aprovar o aplicativo para emissão da declaração do Plano de Saúde-DPS, disponibilizado no endereço eletrônico [...]
>
> Art. 2º - A DPS é uma obrigação acessória que consiste na escrituração mensal, pelos prestadores de plano de saúde e congêneres, a que se referem os subitens 4.22 e 423 da lista do caput do artigo 1º da Lei 13.701, de 24/12/13, dos documentos comprobatórios dos valores cobrados do usuário [...]
>
> Art.6º - Na hipótese da prestação de serviços de saúde sujeita aos repasses a que se refere o art. 2º desta instrução Normativa, a emissão da NFS- e

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

> pelo prestador de serviços de saúde deverá ser realizada na seguinte conformidade:
> Com identificação do usuário dos serviços por eles prestados na qualidade de tomador;
> Com identificação do plano de saúde na qualidade de intermediário destes serviços [...]

Cabendo a administração pública a criação de uma obrigação acessória através de decreto, sendo incluída na lei apenas referencia a posterior criação de regulamento, como bem demonstrada nos casos acima colacionados.

Alíquota mínima imposta pelo art. 2º da Lei Complementar 157/16

Com relação às observações a serem feitas no tocante a inclusão da alíquota mínima instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 157 de 2016, determinando ser ato de improbidade administrativa por parte do administrador público a concessão, aplicação ou manutenção de beneficio que acarrete em uma alíquota efetiva de ISS inferior a 2%, ser de suma importância para o Município, rever a legislação quanto a incentivos ou benefícios a fim de evitar qualquer caracterização de ato de improbidade administrativa.

> Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)
>
> § 1º - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no **caput**, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.
>
> § 2º - É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.
>
> § 3º - A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

> efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula.

Cabendo assim a devida supressão dos artigos 106 a 108 da lei Complementar 161/07, no tocante a Isenção, cabendo ao Fisco a notificação prévia dos contribuintes elencados na lista anexa, incisos I a VIII, com relação ao lançamento e a alíquota a serem aplicadas, sob pena de incorrer o administrar incorrer em improbidade administrativa nos termos do art. 10-A da Lei 8.429/92.

Da revogação do artigo 96:

O artigo 96 da Lei Complementar nº 161 de 2007, é incompatível com o art. 82, §§ 1º a 3º, uma vez que, os parágrafos mencionados estipulam a forma de pagamento adotada pelo município.

Por fim, convêm ressaltar que a atual legislação carece de algumas alterações primordiais, uma vez que, não comporta em si todos os requisitos necessários a simples inclusão dos artigos inseridos originalmente pela Lei Complementar nº 157/16.

Havendo assim a necessidade de ampliar o rol dos elencados como responsáveis e substitutos tributários. Cabe lembrar que no tocante a ISSQN, a lei municipal inicialmente fez uso da regra geral:

> ARTIGO 77- O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN, tem como fato gerador à prestação, **por empresa ou profissional autônomo,** com ou sem estabelecimento fixo, de serviços especificados na lista abaixo discriminada [...]

Posteriormente, através de Lei Complementar nº 179 de 2008, o artigo 78 acrescentou a lista de contribuintes os responsáveis:

> ARTIGO 78 – São responsáveis pelo pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, desde que estabelecidos no Município de Tremembé, devendo reter na fonte o seu valor: [...]

Assim, como bem exposto anteriormente em conformidade com a legislação vigente, é de suma importância a ampliação do rol dos responsáveis em conformidade com o artigo 6º, III, § 3º e § 4º da Lei Complementar nº 157 de 2016:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

Art. 6º - Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º - Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

III - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º desta Lei Complementar.

§ 3º - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Devendo ainda ser incluídos como responsáveis às administradoras de cartões de créditos e demais entidades, ainda que despersonalizadas, como é o caso dos condomínios

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

residenciais ou comercias, os shopping centers e os loteamentos fechados, ainda sem previsão na legislação municipal vigente, para que atendendo ao princípio da anterioridade tributária e nonagesimal nos termos do art. 150, III, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal possam ser adequadas a Lei Complementar nº 157/16.

Cabe ressaltar que para atribuir a referida responsabilidade deve ser instituída expressamente por lei complementar.

Sendo necessária, a inclusão de substitutos tributários ou responsáveis para que seja feita a devida cobrança do ISS quando esse não fizer parte do rol taxativo elencado pelo artigo 78 da Lei Complementar nº 161/07.

Não menos importante é a atenção dada a inscrição do Cadastro Municipal, uma vez que diferentemente de outros municípios, a Lei Complementar nº 161 de 2007, é omissa quanto os responsáveis pelo cadastramento, versando apenas sobre o assunto de forma geral, referindo-se aos contribuintes nos termos das alíquotas previstas na tabela anexa da Lei Complementar nº 116 de 2003.

> Art. 85- Os contribuintes a que se referem os parágrafos 2º e 3º do **artigo 82** deverão até 30 de janeiro de cada ano, atualizar os dados de sua inscrição quanto ao numero de profissionais que participaram da prestação dos serviços ou quanto à sua situação de prestadores autônomos de serviços.
>
> Art. 82- A base de cálculo do Imposto Sobre serviços de Qualquer Natureza-ISSQN, é o preço do serviço correspondente a cada item da Lista de Serviços constante no artigo 77 desta lei, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir discriminadas [...]
> [...] lista anexa a Lei Complementar nº 116 de 2003

Destarte, a inclusão da obrigação de cadastro mobiliário se faz necessária, incluindo no rol os responsáveis tributários, e o substitutos para que seu alcance atinja a plenitude do escopo desejado, quer seja, a cobrança ou retenção do imposto devido.

Assim, o Projeto de Lei Complementar a ser apresentado demonstra ser a mais adequada para suprir as necessidades do Município.

Diante disso, verifica-se que a iniciativa em tela merece prosperar.

Proc. 075/17 Fls 18
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607.1000 - FAX: 3607.1040
E-mail:tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

Por ser matéria de cunho financeiro altamente relevante, solicitamos sua apreciação em regime de urgência, conforme nos faculta o artigo 46 da Lei Orgânica do Município.

Contando com a colaboração dos nobres Edis que compõem essa Casa Legislativa, subscrevemo-nos apresentando a todos nossos protestos de consideração e elevado apreço.

MARCELO VAQUELI

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

ADRIANO DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de

TREMEMBÉ-SP.

Proc. 075/17 Fls 19
Rubrica:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2017.

"Dispõe sobre alteração, inclusão e extinção de dispositivos da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 e suas consequentes alterações em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 157, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - A Lista de Serviços de que trata o Artigo 77 da Lei Complementar nº 258, de 04 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- Os itens e subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01, 25.02 do Anexo I- Lista de Serviços, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

Proc. 075/17 Fls 20
Rubrica:

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

O Anexo I – Lista de Serviços passa a vigorar como o acréscimo dos itens e subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25, 25.05 com a seguinte redação:

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

ARTIGO 2º - O Artigo 1º da Lei Complementar nº 179, de 09 de outubro de 2008, instituindo o artigo 78 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 78 - São responsáveis pelo crédito tributário decorrente do ISSQN estando obrigados a retenção e ao pagamento integral e atualizado no imposto e demais acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, quando o imposto for devido neste Município:

I- o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação lá se tenha iniciado;

Proc. 075/17 Fls 21
Rubrica:

II- as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, quando tomarem ou intermediarem dos serviços:

a) descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05, 17.09 e 17.10 da lista de serviços anexa;

b) os descritos nos subitens 7.11 e 16.01 da lista do artigo 77, a eles prestados dentro do território do Município de Tremembé por prestadores de serviços estabelecidos em outro Município;

III- as instituições financeiras, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por eles pagos à Rede Lotérica e venda de bilhetes estabelecidos no Município de Tremembé, na:

a) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento:
b) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

IV- as pessoas jurídicas abaixo relacionadas, tomadoras ou intermediarias de todos os serviços da lista anexa:

a) as companhias de aviação;
b) as operadoras de turismo;
c) as instituições financeiras;
d) as sociedades seguradoras;
e) as agências de publicidade e propaganda;
f) os shopping centers, os condomínios e loteamentos fechados e outros entes ainda que despersonalizados, se este for sujeito ao cadastro mobiliário;
g) as empresas concessionárias, subconcessionarias, permissionárias e demais delegatárias de serviços públicos;
h) os hospitais;
i) os planos de atendimento e assistência médico-veterinária;

V- as instituições financeiras, quando tomarem ou intermediarem os serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

VI- as sociedades seguradoras, quando tomarem ou intermediarem serviços:

Proc. 075/12 Fls 22
Rubrica:

a) dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, elos agenciamentos, corretagem ou intermediações de seguro;

b) de conserto e restauração de bens sinistrados por elas segurados, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

c) de regulamentação de sinistros vinculados a contratos de seguros, de inspeção e avaliação de riscos de cobertura de contratos de seguros e de prevenção e gerencia de riscos seguráveis, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

VII- as sociedades de capitalização, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos e títulos de capitalização;

VIII- os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Tremembé, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, quando tomarem ou intermediarem os serviços de:

a) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres, a eles prestados dentro do território do Município de Tremembé;

b) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

IX- as empresas concessionárias, subconcessionárias e permissionários de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, gás, saneamento básico e distribuição de água, quando tomarem ou intermediarem os serviços a elas prestadas no Município de Tremembé, por terceiros, por eles contratados, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.987,de 13 de fevereiro de 1995, observado o disposto no artigo 3º;

X- as sociedades que explorem serviços de planos de medicina de grupo ou individual e convênios ou de planos de saúde, quando tomarem ou intermediarem

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos ou convênios;

XI- as empresas administradoras de aeroportos e de terminais rodoviários, quando tomarem ou intermediarem os serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

XII- os hospitais e prontos-socorros, quando tomarem ou intermediarem os serviços de:

a) tinturaria e lavanderia, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

b) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

XIII- a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando tomar ou intermediar serviços prestados por suas agências franqueadas estabelecidas no Município de Tremembé, dos quais resultem remunerações ou comissões por ela pagas.

XIV- as administradoras de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres;

XV- os responsáveis tributários ficam desobrigados da retenção e do pagamento do imposto, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o prestador de serviços for um Microempreendedor Individual- MEI, optante pelo sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional- SIMEI.

§ 1º - Os responsáveis de que trata este artigo podem enquadrar-se em mais de um inciso do "caput".

§ 2º - O disposto no inciso II do "caput" também se aplica aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Tremembé, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município de Tremembé;

§ 3º - O Imposto a ser retido na fonte, para recolhimento no prazo legal ou regulamentar, deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota determinada nos artigos 82 e 82-A, sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente.

§ 4º - Independentemente da retenção do Imposto na fonte a que se referem o "caput" e o parágrafo 3º, fica o responsável tributário obrigado a recolher o

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

Imposto integral, multa e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços.

§ 5º - Para fins de retenção do Imposto incidente sobre os serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.15 e 7.19 da lista do "caput" do artigo 1º, o prestador de serviços deverá informar ao tomador o valor das deduções da base de cálculo do Imposto, na conformidade da legislação, para fins de apuração da receita tributável, consoante dispuser o regulamento.

§ 6º - Quando as informações a que se refere o parágrafo 5º forem prestadas em desacordo com a legislação municipal, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços pelo pagamento do Imposto apurado sobre o valor das deduções indevidas.

§ 7º - Caso as informações a que se refere o parágrafo 5º não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o Imposto incidirá sobre o preço do serviço.

§ 8º - Os responsáveis de que trata este artigo não poderão utilizar qualquer tipo de incentivo fiscal previsto na legislação municipal para recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS relativo aos serviços tomados ou intermediados.

§ 9º - Todos os tomadores de serviços, das administradoras de cartões de débito e/ou crédito, pessoas jurídicas ou físicas que estiverem inscritas no cadastro mobiliário deste município, ficam obrigadas a realizarem mensalmente as declarações eletrônicas dos serviços contratados desta natureza.

§ 10 - As credenciadoras que prestam serviço para administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a prestar informações ao Fisco Municipal sobre as operações cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito ou débito promovidas por estabelecimentos de serviços localizados no Município de Tremembé:

a) as informações sobre operações efetuadas com cartões de crédito ou débito compreenderão os montantes globais por estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas;

b) considera-se credenciadora a empresa prestadora de serviços para administradoras de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé, a pessoa jurídica responsável pela filiação destes estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito e debito;

c) terá o prazo de 30 dias após o encerramento do mês para envio das informações supra citadas;

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

d) o não cumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará as pessoas jurídicas credenciadoras às seguintes infrações:
- Multa de 40 (quarenta) UFESP's por mês, pela não apresentação, na conformidade do regulamento, das informações relativas a utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé;
- Multa de 40 (quarenta) UFESP's por mês, pela apresentação fora do prazo estabelecido em regulamento, ou pela apresentação com dados inexatos ou incompletos, das informações relativas à utilização de cartões de credito ou debito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Município de Tremembé.

§ 11 - Para fins do disposto no inciso XV, o responsável tributário deverá exigir do prestador a comprovação de seu enquadramento como Microempreendedor Individual optante pelo SIMEI.

§ 12 - A administração tributária poderá adotar regime específico nos casos em que a particularidade da prestação dificulte ou inviabilize o cumprimento das obrigações previstas neste artigo.

ARTIGO 3º- A Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com as suas conseqüentes alterações, fica acrescida do artigo 78-A e 78-B, abaixo transcritos:

ARTIGO 78-A - São responsáveis pelo credito tributário, na qualidade de substituto tributário:

I-o tomador ou intermediário do serviço, exceto as pessoas e os respectivos serviços previstos no art. 78 desta lei, quando o prestador do serviço:

a) Não comprovar a inscrição cadastral ativa no Cadastro Municipal de receitas mobiliárias.
b) Obrigado a emissão de nota fiscal não o fizer.

II- A pessoa natural, jurídica ou ente despersonalizado que tenha interesse comum na situação que tenha dado origem à obrigação principal;

III- todo aquele que efetivamente concorra para a sonegação do imposto;

IV- o proprietário do imóvel e o dono da obra, em relação aos serviços tomados na execução de obras de construção civil, quando o prestador de serviço não comprovar o respectivo pagamento ao Município.

ARTIGO 78-B - São responsáveis pelo crédito tributário, solidariamente com o contribuinte:

Proc. 075/17 Fls 26
Rubrica:

I-a pessoa natural ou jurídica, pelo credito tributário devido ao alienante, quando venha a adquirir fundo de comercio ou estabelecimento prestador de serviços, na hipótese de cessão por parte deste da exploração da atividade;

II- a pessoa natural ou jurídica, pelo credito tributário devido pelo alienante, até a data do ato, quando adquirir fundo de comercio ou estabelecimento prestador de serviços e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra denominação ou razão social, ou sob firma ou nome individual, na hipótese do alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6(seis) meses, a contar da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de atividade;

III- a pessoa jurídica que resulte de fusão, transformação ou incorporação, pelo crédito tributário da pessoa jurídica fusionada, transformada ou incorporada;

IV- a pessoa jurídica que tenha absorvido patrimônio de outra em razão de decisão judicial, pelo crédito tributário da pessoa jurídica cindida, até a data do ato;

V- o espólio, pelo crédito tributário do "de cujus", até a data da abertura da sucessão e o inventariante pelo crédito tributário devido pelo espólio;

VI- o sócio remanescente ou seu espólio, pelo crédito tributário da pessoa jurídica extinta, caso continue a respectiva atividade, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual;

VII- o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, pelo crédito tributário da sociedade;

VIII- os pais, o tutor ou curador, respectivamente pelo crédito tributário de seus filhos menores, tutelado ou curatelado;

IX- o administrador judicial, pelo crédito tributário devido pela massa falida.

ARTIGO 4º - O Artigo 79 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ARTIGO 79 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do Artigo 77 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007;

Proc. 075/17 Fls 27
Rubrica:

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios.

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador, cujos serviços descritos no subitem 20.01 sejam executadas em águas dos rios existentes no território do município.

Proc. 075/17 Fls 29
Rubrica:

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do Artigo 82A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

ARTIGO 5º - O Artigo 82 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 82 - OMISSIS

I- 5% (cinco por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 12.01 a 12.17**;**

II- 5% (cinco por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 15.01 a 15.18**;** 21.01;

III- 3% (três por cento) sobre os preços dos serviços de obras de construção civil e de obras hidráulicas previstas nos subitens 7.02, bem como outros serviços constantes dos subitens 7.03 a 7.22

IV- 2% (dois por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 1.01 a 1.09; 2.01; 3.02 a 3.04; 4.01 a 4.05; 4.07; 4.09 a 4.11; 4.17 a 4.23; 5.01 a 5.09; 6.03 a 6.06; 8.01 e 8.02; 9.01 e 9.02; 10.01 a 10.10; 11.01 a 11.04; 13.02 a 13.05; 14.01 a 14.14; 16.01 e 16.02; 17.01 a 17.25**;** 18.01; 19.01; 20.01 e 20.03; 22.01; 24.01; 25.01 a 25.05; 26.01; 27.01; 28.01; 30.01; 31.01; 33.01; 35.01; 37.01.

V- OMISSIS

VI- A base imponível do Imposto Sobre Serviços devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados e demais verbas que representem remuneração pelos serviços prestados.

§ 1º - Não integra a base de cálculo o valor:

I- dos selos de fiscalização, taxas judiciárias e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;

II- de títulos pagos, apontados para protestos, dos juros de distribuição;

III- repassados a Juízes de paz conforme tabelas oficiais;

§ 2º - Incorporam-se a base de cálculo do imposto de que trata o caput deste artigo, no mês de seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima de serventia.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

§ 3º - A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do Imposto Sobre serviços se fará mediante demonstração dos repasses efetuados, conforme a legislação especifica que os rege.

§ 4º - Deverão ser mantidos os originais dos documentos comprobatórios de que trata o §3 acima, pelo prazo definido na legislação, e apresentados à Administração Tributaria sempre que solicitado.

§ 5º - Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados.

§ 6º - O valor do imposto destacado, na forma do parágrafo acima, não integra o preço do serviço.

VII- Relativamente à prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços anexa, o imposto será calculado sobre a diferença entre os valores cobrados e os repasses em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como a profissionais autônomos que prestem serviços descritos nos demais subitens do itens 4 e 5 da lista de serviço anexa a esta Lei, e desde que comprovados pelas respectivas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS, na forma do regulamento."

§ 1º - Em todos os casos previstos nos incisos **I a VII** deste artigo o imposto será recolhido mensalmente mediante preenchimento de Guias de Recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN, independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao vencido.

§ 2º - Os prestadores de serviços especificados nos itens 4.06; 4.08; 4.12; 4.13; 4.14; 4.15; 4.16; 6.01;6.02; 7.01; 9.03; 29.01; 32.01; 36.01; 38.01 e 39.01, da Lista de Serviços, pagarão imposto anualmente no valor de R$ 653,60 (seiscentos e cinqüenta e três reais e sessenta centavos) a época do seu efetivo pagamento, em 5 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira), vencerá até o dia 31de março, a 2ª (segunda) até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

§ 3º - OMISSIS

a) quando os serviços a que se referem os subitens 23.01, 34.01 e 40.01, da Lista de Serviços constante do artigo 77, o imposto será pago, anualmente, no valor de R$ 1.728,20 (Hum mil setecentos e vinte e oito reais e vinte

Proc. 075/17 Fls 31
Rubrica:

centavos) a época do seu efetivo pagamento, em 5 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira), vencerá até o dia 31de março, a 2ª (segunda) até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

ARTIGO 6º - Ao artigo 82-A, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com as alterações posteriores, fica incluído o parágrafo único, com a seguinte redação:

PARÁGRAFO ÚNICO - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

ARTIGO 7º – O artigo 84 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 84 - Deverão promover a abertura de inscrição no Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias, bem como suas alterações e encerramento, as seguintes pessoas estabelecidas no Município;

I - a pessoa natural, enquadrada como contribuinte ou responsável pelo ISSQN nos termos da legislação municipal;

II - a pessoa natural equiparada à pessoa jurídica nos termos da legislação municipal;

III - as pessoas jurídicas de direito privado;

IV - os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto os órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo deste Município;

V - demais entidades, ainda que não caracterizadas como pessoa jurídica, enquadradas como contribuinte ou responsável pelo ISSQN nos termos da legislação municipal ou obrigadas à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: trembe@trembe.sp.gov.br – Site: www.trembe.sp.gov.br

VI – os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas das administradoras de cartão de crédito e debito, descritos no subitem 15.01.

§ 1º - A administração Tributaria poderá exigir, do prestador de serviço que emitir nota fiscal ou qualquer outro documento que acoberte a prestação do serviço por outro Município, para tomador estabelecido no Município de Tremembé, os mesmos procedimentos previstos no caput deste artigo.
§ 2º - A inscrição de que trata o artigo será promovida para tantos quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividade, e cada inscrição terá um documento comprobatório que é intransferível, devendo ser substituído sempre que venha a ocorrer modificação em seus dados.
§ 3º - A Administração tributária poderá promover, ex-officio, a abertura, a alteração e o cancelamento de inscrições com disponibilidade parcial ou total dos dados do contribuinte ou do responsável, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

ARTIGO 8º - Fica acrescida à Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, o artigo 84-A, com a seguinte redação:

ARTIGO 84-A - O sujeito passivo elencado no artigo 84 deve promover sua inscrição no cadastro fiscal de prestadores de serviço no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada local de prestação de serviços o contribuinte deve fazer inscrições distintas.
§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.
§ 3° - No primeiro exercício em que ocorrer o inicio da atividade dos prestadores de serviços, a que referem os itens constantes dos §2°, §3° e §4°, do artigo 82, o imposto será recolhido com 50% (cinquenta por cento) do valor de lançamento, ficando vedado o desconto para nova inscrição, no ano seguinte, caso o contribuinte efetue baixa de sua inscrição dentro do exercício de sua efetivação.

ARTIGO 9º - O artigo 88 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 88 - O lançamento do imposto será feito:

I- Por homologação, nos casos de recolhimento mensal antecipado pelo contribuinte ou responsável, com base no registro de seus livros e documentos fiscais e/ou contábeis;

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

II- Mensalmente, de oficio, por estimativa, observado o disposto no artigo 92 do Código Tributário Municipal;
III- De oficio, por arbitramento, nos termos do artigo 83 do Código Tributário Municipal;
IV- O lançamento do ISSQN sujeito a tributação por valor fixo, será efetuado nos termos previstos no art.82, §§ seguintes da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007.

§ 1º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do artigo 82, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.

§ 2º - Nos casos de diversões publicas, previstos no item 12 e subitens, da lista de Serviços do artigo 77, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será calculado diariamente.

§ 3º - O imposto será calculado pela Fazenda Municipal, anualmente, nos casos dos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 82.

ARTIGO 10 - Fica revogado o Artigo 95 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007

ARTIGO 11- Fica revogado o Artigo 96 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 12- Fica acrescido à Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 o Artigo 103-A, com a seguinte redação:

ARTIGO 103-A - A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer dever instrumental imposto pela legislação tributária, no interesse da arrecadação ou fiscalização, sujeitará o infrator ao pagamento de multa de 20 (vinte) UFESP'S, sendo-lhe vedado expressamente:
I- desatender a notificação para inscrição no cadastro fiscal;
II- fornecer ao cadastro fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza;
III- deixar de declarar o imposto sobre serviços no prazo determinado;
IV- deixar de remeter à Administração documento exigido por lei ou regulamento;
V- negar-se a exibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;
VI- reter e deixar de recolher o imposto sob o regime de retenção na fonte;
VII- utilizar nota fiscal ou livro de prestação de serviço sem a devida autorização do órgão fiscalizador;
VIII- não transmitir a declaração mensal de serviços no prazo estabelecido;
IX- enviar declaração com dados incorretos e/ou com omissão de informações;

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

X- deixar de atender intimação no prazo estabelecido;
XI- Não comunicar a baixa no prazo de 30 dias após o encerramento na Receita Federal e ou Secretária de Fazenda de Estado

§ 1º - Ficará submetido à multa prevista no "caput", o sujeito passivo, por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importem em descumprimento de dever instrumental.
§ 2º - Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

ARTIGO 13 - Fica revogado os artigos 106, 107 e 108 com seus respectivos incisos e parágrafos, da Lei Complementar 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 14 - Passa vigorar com a redação do artigo 103-A, a multa criada para descumprimento de dever instrumental imposto pela legislação municipal.

ARTIGO 15 - O Executivo poderá mediante decreto regulamentar, no todo ou em parte a presente lei, se necessário.

ARTIGO 16- Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARAGRAFO ÚNICO - Excetuam-se ao disposto no caput deste artigo, as alterações incluídas pelo artigo 79, que entra em vigor a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, observada a anterioridade nonagesimal.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de agosto de 2017.

ÀS COMISSÕES
em 15/08/17
Presidente

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Aprovado em 2ª DISCUSSÃO
Sala das Sessões 15/9/17
Presidente
1º Secretário

Aprovado em 1ª DISCUSSÃO
à 2ª Discussão
Sala de Sessões 29/8/17
Presidente
1º Secretário

Proc. 075/2017 Fls 35
Rubrica:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Sobre o Projeto de Lei Complementar nº 008/17, de autoria do Chefe do Executivo, que "Dispõe sobre alterações, inclusão e extinção de dispositivos da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 e suas conseqüentes alterações em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 157, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências"

Após analisar devidamente a matéria contida no projeto em questão e respectivas emendas aditiva e modificativa, tendo em mãos Parecer da Assessoria Técnica Legislativa, esta Comissão, reunida nesta data, decidiu emitir **PARECER PELA ADMISSIBILIDADE,** uma vez que não encontrou óbices à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 2017.

RELATOR – Vereadora Adriana de Almeida Naresi

de acordo:

PRESIDENTE – Vereador Carlos Alberto da Silva Tirelli

MEMBRO – Alexandre Vilela

Proc. 075/17 Fls 36
Rubrica:

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

P A R E C E R

Sobre o Projeto de Lei Complementar nº 008/17, de autoria do Chefe do Executivo, que "Dispõe sobre alterações, inclusão e extinção de dispositivos da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 e suas conseqüentes alterações em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 157, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências"

Após analisar devidamente a matéria contida no projeto em epígrafe, esta Comissão, reunida nesta data, decidiu emitir **PARECER FAVORÁVEL** à propositura em análise, uma vez que não encontrou óbices à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 2017.

RELATOR – Vereador Edison Dorival da Conceição

de acordo

PRESIDENTE – Vereador Silvio Monteiro

MEMBRO – Vereador Paulo Roberto dos Santos

Proc 095/17 Fls 37
Rubrica:

OFÍCIO nº 195/17

Tremembé, 17 de agosto de 2017.

EXMO. SR.
MARCELO VAQUELI
MD. PREFEITO MUNICIPAL
NESTA

Senhor Prefeito

Considerando a complexidade da matéria contida no Projeto de Lei Complementa nº 07/2017 e 08/2017, solicitamos que Vossa Excelência determine o comparecimento da Secretária Municipal de Finanças, Senhora Dinazarde do Prado Souza, a esta Casa, a fim de participar da Reunião de Comissão Justiça e Redação, na quinta-feira, dia 24/09, às 10h00, e prestar os esclarecimentos pertinentes.

Sem mais, despedimo-nos agradecidos e com protesto de elevada consideração.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente

Proc. 075/17 Fls 38
Rubrica:

AUTÓGRAFO DA LEI COMPLEMENTAR nº 321

"Dispõe sobre alteração, inclusão e extinção de dispositivos da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 e suas consequentes alterações em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 157, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ APROVOU:

ARTIGO 1º - A Lista de Serviços de que trata o Artigo 77 da Lei Complementar nº 258, de 04 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- Os itens e subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01, 25.02 do Anexo I- Lista de Serviços, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

Proc. 75/17 Fls 39
Rubrica:

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

O Anexo I – Lista de Serviços passa a vigorar como o acréscimo dos itens e subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25, 25.05 com a seguinte redação:

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

ARTIGO 2º - O Artigo 1º da Lei Complementar nº 179, de 09 de outubro de 2008, instituindo o artigo 78 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 78 - São responsáveis pelo crédito tributário decorrente do ISSQN estando obrigados a retenção e ao pagamento integral e atualizado no imposto e demais acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, quando o imposto for devido neste Município:

I- o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação lá se tenha iniciado;

II- as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, quando tomarem ou intermediarem dos serviços:

a) descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05, 17.09 e 17.10 da lista de serviços anexa;

Proc. 078/17 Fls 40
Rubrica:

b) os descritos nos subitens 7.11 e 16.01 da lista do artigo 77, a eles prestados dentro do território do Município de Tremembé por prestadores de serviços estabelecidos em outro Município;

III- as instituições financeiras, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por eles pagos à Rede Lotérica e venda de bilhetes estabelecidos no Município de Tremembé, na:

a) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento:
b) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

IV- as pessoas jurídicas abaixo relacionadas, tomadoras ou intermediarias de todos os serviços da lista anexa:

a) as companhias de aviação;
b) as operadoras de turismo;
c) as instituições financeiras;
d) as sociedades seguradoras;
e) as agências de publicidade e propaganda;
f) os shopping centers, os condomínios e loteamentos fechados e outros entes ainda que despersonalizados, se este for sujeito ao cadastro mobiliário;
g) as empresas concessionárias, subconcessionarias, permissionárias e demais delegatárias de serviços públicos;
h) os hospitais;
i) os planos de atendimento e assistência médico-veterinária;

V- as instituições financeiras, quando tomarem ou intermediarem os serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

VI- as sociedades seguradoras, quando tomarem ou intermediarem serviços:

a) dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, elos agenciamentos, corretagem ou intermediações de seguro;

Proc. 075/17 Fls 41
Rubrica:

b) de conserto e restauração de bens sinistrados por elas segurados, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

c) de regulamentação de sinistros vinculados a contratos de seguros, de inspeção e avaliação de riscos de cobertura de contratos de seguros e de prevenção e gerencia de riscos seguráveis, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

VII- as sociedades de capitalização, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos e títulos de capitalização;

VIII- os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Tremembé, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, quando tomarem ou intermediarem os serviços de:

a) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres, a eles prestados dentro do território do Município de Tremembé;

b) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

IX- as empresas concessionárias, subconcessionárias e permissionários de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, gás, saneamento básico e distribuição de água, quando tomarem ou intermediarem os serviços a elas prestadas no Município de Tremembé, por terceiros, por eles contratados, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.987,de 13 de fevereiro de 1995, observado o disposto no artigo 3º;

X- as sociedades que explorem serviços de planos de medicina de grupo ou individual e convênios ou de planos de saúde, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos ou convênios;

Proc. 075/17 Fls 42
Rubrica:

XI- as empresas administradoras de aeroportos e de terminais rodoviários, quando tomarem ou intermediarem os serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

XII- os hospitais e prontos-socorros, quando tomarem ou intermediarem os serviços de:

a) tinturaria e lavanderia, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

b) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

XIII- a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando tomar ou intermediar serviços prestados por suas agências franqueadas estabelecidas no Município de Tremembé, dos quais resultem remunerações ou comissões por ela pagas.

XIV- as administradoras de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres;

XV- os responsáveis tributários ficam desobrigados da retenção e do pagamento do imposto, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o prestador de serviços for um Microempreendedor Individual- MEI, optante pelo sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional- SIMEI.

§ 1º - Os responsáveis de que trata este artigo podem enquadrar-se em mais de um inciso do "caput".

§ 2º - O disposto no inciso II do "caput" também se aplica aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Tremembé, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município de Tremembé;

§ 3º - O Imposto a ser retido na fonte, para recolhimento no prazo legal ou regulamentar, deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota determinada nos artigos 82 e 82-A, sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente.

§ 4º - Independentemente da retenção do Imposto na fonte a que se referem o "caput" e o parágrafo 3º, fica o responsável tributário obrigado a recolher o Imposto integral, multa e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços.

Proc. 075/17 Fls 13
Rubrica:

§ 5º - Para fins de retenção do Imposto incidente sobre os serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.15 e 7.19 da lista do "caput" do artigo 1º, o prestador de serviços deverá informar ao tomador o valor das deduções da base de cálculo do Imposto, na conformidade da legislação, para fins de apuração da receita tributável, consoante dispuser o regulamento.

§ 6º - Quando as informações a que se refere o parágrafo 5º forem prestadas em desacordo com a legislação municipal, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços pelo pagamento do Imposto apurado sobre o valor das deduções indevidas.

§ 7º - Caso as informações a que se refere o parágrafo 5º não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o Imposto incidirá sobre o preço do serviço.

§ 8º - Os responsáveis de que trata este artigo não poderão utilizar qualquer tipo de incentivo fiscal previsto na legislação municipal para recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS relativo aos serviços tomados ou intermediados.

§ 9º - Todos os tomadores de serviços, das administradoras de cartões de débito e/ou crédito, pessoas jurídicas ou físicas que estiverem inscritas no cadastro mobiliário deste município, ficam obrigadas a realizarem mensalmente as declarações eletrônicas dos serviços contratados desta natureza.

§ 10 - As credenciadoras que prestam serviço para administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a prestar informações ao Fisco Municipal sobre as operações cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito ou débito promovidas por estabelecimentos de serviços localizados no Município de Tremembé:

a) as informações sobre operações efetuadas com cartões de crédito ou débito compreenderão os montantes globais por estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas;

b) considera-se credenciadora a empresa prestadora de serviços para administradoras de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé, a pessoa jurídica responsável pela filiação destes estabelecimentos, bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito e debito;

c) terá o prazo de 30 dias após o encerramento do mês para envio das informações supra citadas;

d) o não cumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará as pessoas jurídicas credenciadoras às seguintes infrações:

Proc. 075/17 Fls 44
Rubrica:

- Multa de 40 (quarenta) UFESP's por mês, pela não apresentação, na conformidade do regulamento, das informações relativas a utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé;
- Multa de 40 (quarenta) UFESP's por mês, pela apresentação fora do prazo estabelecido em regulamento, ou pela apresentação com dados inexatos ou incompletos, das informações relativas à utilização de cartões de credito ou debito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Município de Tremembé.

§ 11 - Para fins do disposto no inciso XV, o responsável tributário deverá exigir do prestador a comprovação de seu enquadramento como Microempreendedor Individual optante pelo SIMEI.

§ 12 - A administração tributária poderá adotar regime específico nos casos em que a particularidade da prestação dificulte ou inviabilize o cumprimento das obrigações previstas neste artigo.

ARTIGO 3º- A Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com as suas conseqüentes alterações, fica acrescida do artigo 78-A e 78-B, abaixo transcritos:

ARTIGO 78-A - São responsáveis pelo credito tributário, na qualidade de substituto tributário:

I- o tomador ou intermediário do serviço, exceto as pessoas e os respectivos serviços previstos no art. 78 desta lei, quando o prestador do serviço:

a) Não comprovar a inscrição cadastral ativa no Cadastro Municipal de receitas mobiliárias.
b) Obrigado a emissão de nota fiscal não o fizer.

II- A pessoa natural, jurídica ou ente despersonalizado que tenha interesse comum na situação que tenha dado origem à obrigação principal;

III- todo aquele que efetivamente concorra para a sonegação do imposto;

IV- o proprietário do imóvel e o dono da obra, em relação aos serviços tomados na execução de obras de construção civil, quando o prestador de serviço não comprovar o respectivo pagamento ao Município.

ARTIGO 78-B - São responsáveis pelo crédito tributário, solidariamente com o contribuinte:

I- a pessoa natural ou jurídica, pelo credito tributário devido ao alienante, quando venha a adquirir fundo de comercio ou estabelecimento prestador de serviços, na hipótese de cessão por parte deste da exploração da atividade;

Proc. 75/17 Fls 45
Rubrica:

II- a pessoa natural ou jurídica, pelo credito tributário devido pelo alienante, até a data do ato, quando adquirir fundo de comercio ou estabelecimento prestador de serviços e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra denominação ou razão social, ou sob firma ou nome individual, na hipótese do alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6(seis) meses, a contar da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de atividade;

III- a pessoa jurídica que resulte de fusão, transformação ou incorporação, pelo crédito tributário da pessoa jurídica fusionada, transformada ou incorporada;

IV- a pessoa jurídica que tenha absorvido patrimônio de outra em razão de decisão judicial, pelo crédito tributário da pessoa jurídica cindida, até a data do ato;

V- o espólio, pelo crédito tributário do "de cujus", até a data da abertura da sucessão e o inventariante pelo crédito tributário devido pelo espólio;

VI- o sócio remanescente ou seu espólio, pelo crédito tributário da pessoa jurídica extinta, caso continue a respectiva atividade, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual;

VII- o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, pelo crédito tributário da sociedade;

VIII- os pais, o tutor ou curador, respectivamente pelo crédito tributário de seus filhos menores, tutelado ou curatelado;

IX- o administrador judicial, pelo crédito tributário devido pela massa falida.

ARTIGO 4º - O Artigo 79 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ARTIGO 79 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do Artigo 77 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

Proc. 75/17 Fls 46
Rubrica:

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios.

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

Proc. 75/17 Fls 47
Rubrica:

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador, cujos serviços descritos no subitem 20.01 sejam executadas em águas dos rios existentes no território do município.

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do Artigo 82A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

ARTIGO 5º - O Artigo 82 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Proc. 75/17 Fls. 48
Rubrica:

Artigo 82 - OMISSIS

I- 5% (cinco por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 12.01 a 12.17**;**

II- 5% (cinco por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 15.01 a 15.18**;** 21.01;

III- 3% (três por cento) sobre os preços dos serviços de obras de construção civil e de obras hidráulicas previstas nos subitens 7.02, bem como outros serviços constantes dos subitens 7.03 a 7.22

IV- 2% (dois por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 1.01 a 1.09; 2.01; 3.02 a 3.04; 4.01 a 4.05; 4.07; 4.09 a 4.11; 4.17 a 4.23; 5.01 a 5.09; 6.03 a 6.06; 8.01 e 8.02; 9.01 e 9.02; 10.01 a 10.10; 11.01 a 11.04; 13.02 a 13.05; 14.01 a 14.14; 16.01 e 16.02; 17.01 a 17.25**;** 18.01; 19.01; 20.01 e 20.03; 22.01; 24.01; 25.01 a 25.05; 26.01; 27.01; 28.01; 30.01; 31.01; 33.01; 35.01; 37.01.

V- OMISSIS

VI- A base imponível do Imposto Sobre Serviços devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados e demais verbas que representem remuneração pelos serviços prestados.

§ 1º - Não integra a base de cálculo o valor:

I- dos selos de fiscalização, taxas judiciárias e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;

II- de títulos pagos, apontados para protestos, dos juros de distribuição;

III- repassados a Juízes de paz conforme tabelas oficiais;

§ 2º - Incorporam-se a base de cálculo do imposto de que trata o caput deste artigo, no mês de seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima de serventia.

§ 3º - A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do Imposto Sobre serviços se fará mediante demonstração dos repasses efetuados, conforme a legislação especifica que os rege.

§ 4º - Deverão ser mantidos os originais dos documentos comprobatórios de que trata o §3 acima, pelo prazo definido na legislação, e apresentados à Administração Tributaria sempre que solicitado.

§ 5º - Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados.

§ 6º - O valor do imposto destacado, na forma do parágrafo acima, não integra o preço do serviço.

Proc. 75/12 Fls 49
Rubrica:

VII- Relativamente à prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços anexa, o imposto será calculado sobre a diferença entre os valores cobrados e os repasses em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como a profissionais autônomos que prestem serviços descritos nos demais subitens do itens 4 e 5 da lista de serviço anexa a esta Lei, e desde que comprovados pelas respectivas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS, na forma do regulamento."

§ 1º - Em todos os casos previstos nos incisos **I a VII** deste artigo o imposto será recolhido mensalmente mediante preenchimento de Guias de Recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN, independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao vencido.

§ 2º - Os prestadores de serviços especificados nos itens 4.06; 4.08; 4.12; 4.13; 4.14; 4.15; 4.16; 6.01;6.02; 7.01; 9.03; 29.01; 32.01; 36.01; 38.01 e 39.01, da Lista de Serviços, pagarão imposto anualmente no valor de R$ 653,60 (seiscentos e cinqüenta e três reais e sessenta centavos) a época do seu efetivo pagamento, em 5 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira), vencerá até o dia 31de março, a 2ª (segunda) até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

§ 3º - OMISSIS

a) quando os serviços a que se referem os subitens 23.01, 34.01 e 40.01, da Lista de Serviços constante do artigo 77, o imposto será pago, anualmente, no valor de R$ 1.728,20 (Hum mil setecentos e vinte e oito reais e vinte centavos) a época do seu efetivo pagamento, em 5 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira), vencerá até o dia 31de março, a 2ª (segunda) até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Proc. 075/17 Fls 50
Rubrica:

ARTIGO 6º - Ao artigo 82-A, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com as alterações posteriores, fica incluído o parágrafo único, com a seguinte redação:

PARÁGRAFO ÚNICO - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

ARTIGO 7º – O artigo 84 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 84 - Deverão promover a abertura de inscrição no Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias, bem como suas alterações e encerramento, as seguintes pessoas estabelecidas no Município;

I - a pessoa natural, enquadrada como contribuinte ou responsável pelo ISSQN nos termos da legislação municipal;

II - a pessoa natural equiparada à pessoa jurídica nos termos da legislação municipal;

III - as pessoas jurídicas de direito privado;

IV - os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto os órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo deste Município;

V - demais entidades, ainda que não caracterizadas como pessoa jurídica, enquadradas como contribuinte ou responsável pelo ISSQN nos termos da legislação municipal ou obrigadas à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI – os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas das administradoras de cartão de crédito e debito, descritos no subitem 15.01.

§ 1º - A administração Tributaria poderá exigir, do prestador de serviço que emitir nota fiscal ou qualquer outro documento que acoberte a prestação do serviço por outro Município, para tomador estabelecido no Município de Tremembé, os mesmos procedimentos previstos no caput deste artigo.

§ 2º - A inscrição de que trata o artigo será promovida para tantos quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividade, e cada inscrição terá um documento

Proc. 075/12 Fls. 51
Rubrica:

comprobatório que é intransferível, devendo ser substituído sempre que venha a ocorrer modificação em seus dados.

§ 3º - A Administração tributária poderá promover, ex-officio, a abertura, a alteração e o cancelamento de inscrições com disponibilidade parcial ou total dos dados do contribuinte ou do responsável, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

ARTIGO 8º - Fica acrescida à Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, o artigo 84-A, com a seguinte redação:

ARTIGO 84-A - O sujeito passivo elencado no artigo 84 deve promover sua inscrição no cadastro fiscal de prestadores de serviço no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada local de prestação de serviços o contribuinte deve fazer inscrições distintas.

§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 3º - No primeiro exercício em que ocorrer o inicio da atividade dos prestadores de serviços, a que referem os itens constantes dos §2º, §3º e §4º, do artigo 82, o imposto será recolhido com 50% (cinquenta por cento) do valor de lançamento, ficando vedado o desconto para nova inscrição, no ano seguinte, caso o contribuinte efetue baixa de sua inscrição dentro do exercício de sua efetivação.

ARTIGO 9º - O artigo 88 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 88 - O lançamento do imposto será feito:

I- Por homologação, nos casos de recolhimento mensal antecipado pelo contribuinte ou responsável, com base no registro de seus livros e documentos fiscais e/ou contábeis;

II- Mensalmente, de oficio, por estimativa, observado o disposto no artigo 92 do Código Tributário Municipal;

III- De oficio, por arbitramento, nos termos do artigo 83 do Código Tributário Municipal;

IV- O lançamento do ISSQN sujeito a tributação por valor fixo, será efetuado nos termos previstos no art.82, §§ seguintes da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007.

Proc. 075/17 Fls 52
Rubrica.

§ 1º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do artigo 82, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.

§ 2º - Nos casos de diversões publicas, previstos no item 12 e subitens, da lista de Serviços do artigo 77, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será calculado diariamente.

§ 3º - O imposto será calculado pela Fazenda Municipal, anualmente, nos casos dos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 82.

ARTIGO 10 - Fica revogado o Artigo 95 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007

ARTIGO 11- Fica revogado o Artigo 96 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 12- Fica acrescido à Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 o Artigo 103-A, com a seguinte redação:

ARTIGO 103-A - A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer dever instrumental imposto pela legislação tributária, no interesse da arrecadação ou fiscalização, sujeitará o infrator ao pagamento de multa de 20 (vinte) UFESP'S, sendo-lhe vedado expressamente:

I- desatender a notificação para inscrição no cadastro fiscal;

II- fornecer ao cadastro fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza;

III- deixar de declarar o imposto sobre serviços no prazo determinado;

IV- deixar de remeter à Administração documento exigido por lei ou regulamento;

V- negar-se a exibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;

VI- reter e deixar de recolher o imposto sob o regime de retenção na fonte;

VII- utilizar nota fiscal ou livro de prestação de serviço sem a devida autorização do órgão fiscalizador;

VIII- não transmitir a declaração mensal de serviços no prazo estabelecido;

IX- enviar declaração com dados incorretos e/ou com omissão de informações;

X- deixar de atender intimação no prazo estabelecido;

Proc. 073/17 Fls. 83
Rubrica:

XI- Não comunicar a baixa no prazo de 30 dias após o encerramento na Receita Federal e ou Secretária de Fazenda de Estado

§ 1º - Ficará submetido à multa prevista no "caput", o sujeito passivo, por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importem em descumprimento de dever instrumental.

§ 2º - Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

ARTIGO 13 - Fica revogado os artigos 106, 107 e 108 com seus respectivos incisos e parágrafos, da Lei Complementar 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 14 - Passa vigorar com a redação do artigo 103-A, a multa criada para descumprimento de dever instrumental imposto pela legislação municipal.

ARTIGO 15 - O Executivo poderá mediante decreto regulamentar, no todo ou em parte a presente lei, se necessário.

ARTIGO 16- Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARAGRAFO ÚNICO - Excetuam-se ao disposto no caput deste artigo, as alterações incluídas pelo artigo 79, que entra em vigor a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, observada a anterioridade nonagesimal.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 06 de setembro de 2017.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente

FABRICIO GRASNELE GALVÃO VELASCO
1º Secretário

Proc. 095/17 Fls 5
Rubrica:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 312, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre alteração, inclusão e extinção de dispositivos da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 e suas consequentes alterações em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 157, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - A Lista de Serviços de que trata o Artigo 77 da Lei Complementar nº 258, de 04 de abril de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

- Os itens e subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01, 25.02 do Anexo I- Lista de Serviços, passa a vigorar com a seguinte redação:

1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

Proc. 075/17 Fls 55
Rubrica

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

O Anexo I – Lista de Serviços passa a vigorar como o acréscimo dos itens e subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25, 25.05 com a seguinte redação:

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

ARTIGO 2º - O Artigo 1º da Lei Complementar nº 179, de 09 de outubro de 2008, instituindo o artigo 78 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 78 - São responsáveis pelo crédito tributário decorrente do ISSQN estando obrigados a retenção e ao pagamento integral e atualizado no imposto e demais acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, quando o imposto for devido neste Município:

Proc. 045/17 Fls 56
Rubrica

I- o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do país ou cuja prestação lá se tenha iniciado;

II- as pessoas jurídicas, ainda que imunes ou isentas, quando tomarem ou intermediarem dos serviços:

a) descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05, 17.09 e 17.10 da lista de serviços anexa;

b) os descritos nos subitens 7.11 e 16.01 da lista do artigo 77, a eles prestados dentro do território do Município de Tremembé por prestadores de serviços estabelecidos em outro Município;

III- as instituições financeiras, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por eles pagos à Rede Lotérica e venda de bilhetes estabelecidos no Município de Tremembé, na:

a) cobrança, recebimento ou pagamento em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento:
b) distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;

IV- as pessoas jurídicas abaixo relacionadas, tomadoras ou intermediarias de todos os serviços da lista anexa:

a) as companhias de aviação;
b) as operadoras de turismo;
c) as instituições financeiras;
d) as sociedades seguradoras;
e) as agências de publicidade e propaganda;
f) os shopping centers, os condomínios e loteamentos fechados e outros entes ainda que despersonalizados, se este for sujeito ao cadastro mobiliário;
g) as empresas concessionárias, subconcessionarias, permissionárias e demais delegatárias de serviços públicos;
h) os hospitais;
i) os planos de atendimento e assistência médico-veterinária;

V- as instituições financeiras, quando tomarem ou intermediarem os serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens

Proc. 075/17 Fls 57
Rubrica.

ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

VI- as sociedades seguradoras, quando tomarem ou intermediarem serviços:

a) dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, elos agenciamentos, corretagem ou intermediações de seguro;

b) de conserto e restauração de bens sinistrados por elas segurados, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

c) de regulamentação de sinistros vinculados a contratos de seguros, de inspeção e avaliação de riscos de cobertura de contratos de seguros e de prevenção e gerencia de riscos seguráveis, realizados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

VII- as sociedades de capitalização, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos e títulos de capitalização;

VIII- os órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Tremembé, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município, quando tomarem ou intermediarem os serviços de:

a) limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres, a eles prestados dentro do território do Município de Tremembé;

b) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

IX- as empresas concessionárias, subconcessionárias e permissionários de serviços públicos de energia elétrica, telecomunicações, gás, saneamento básico e distribuição de água, quando tomarem ou intermediarem os serviços a elas prestadas no Município de Tremembé, por terceiros, por eles contratados, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, nos

Proc. 075/17 Fls 58
Rubrica:

termos dos artigos 25 e 26 da Lei Federal nº 8.987,de 13 de fevereiro de 1995, observado o disposto no artigo 3º;

X- as sociedades que explorem serviços de planos de medicina de grupo ou individual e convênios ou de planos de saúde, quando tomarem ou intermediarem serviços dos quais resultem remunerações ou comissões, por elas pagas a seus agentes, corretores ou intermediários estabelecidos no Município de Tremembé, pelos agenciamentos, corretagens ou intermediações de planos ou convênios;

XI- as empresas administradoras de aeroportos e de terminais rodoviários, quando tomarem ou intermediarem os serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

XII- os hospitais e prontos-socorros, quando tomarem ou intermediarem os serviços de:

a) tinturaria e lavanderia, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

b) coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, a eles prestados por prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tremembé;

XIII- a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, quando tomar ou intermediar serviços prestados por suas agências franqueadas estabelecidas no Município de Tremembé, dos quais resultem remunerações ou comissões por ela pagas.

XIV- as administradoras de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres;

XV- os responsáveis tributários ficam desobrigados da retenção e do pagamento do imposto, em relação aos serviços tomados ou intermediados, quando o prestador de serviços for um Microempreendedor Individual- MEI, optante pelo sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional- SIMEI.

§ 1º - Os responsáveis de que trata este artigo podem enquadrar-se em mais de um inciso do "caput".

§ 2º - O disposto no inciso II do "caput" também se aplica aos órgãos da administração pública direta da União, dos Estados e do Município de Tremembé, bem como suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mistas, concessionárias e permissionárias de serviços públicos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados ou pelo Município de Tremembé;

§ 3º - O Imposto a ser retido na fonte, para recolhimento no prazo legal ou regulamentar, deverá ser calculado mediante a aplicação da alíquota

PROCESSO Fls 59

determinada nos artigos 82 e 82-A, sobre a base de cálculo prevista na legislação vigente.

§ 4º - Independentemente da retenção do Imposto na fonte a que se referem o "caput" e o parágrafo 3º, fica o responsável tributário obrigado a recolher o Imposto integral, multa e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação, eximida, neste caso, a responsabilidade do prestador de serviços.

§ 5º - Para fins de retenção do Imposto incidente sobre os serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.15 e 7.19 da lista do "caput" do artigo 1º, o prestador de serviços deverá informar ao tomador o valor das deduções da base de cálculo do Imposto, na conformidade da legislação, para fins de apuração da receita tributável, consoante dispuser o regulamento.

§ 6º - Quando as informações a que se refere o parágrafo 5º forem prestadas em desacordo com a legislação municipal, não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços pelo pagamento do Imposto apurado sobre o valor das deduções indevidas.

§ 7º - Caso as informações a que se refere o parágrafo 5º não sejam fornecidas pelo prestador de serviços, o Imposto incidirá sobre o preço do serviço.

§ 8º - Os responsáveis de que trata este artigo não poderão utilizar qualquer tipo de incentivo fiscal previsto na legislação municipal para recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS relativo aos serviços tomados ou intermediados.

§ 9º - Todos os tomadores de serviços, das administradoras de cartões de débito e/ou crédito, pessoas jurídicas ou físicas que estiverem inscritas no cadastro mobiliário deste município, ficam obrigadas a realizarem mensalmente as declarações eletrônicas dos serviços contratados desta natureza.

§ 10 - As credenciadoras que prestam serviço para administradoras de cartões de crédito ou débito ficam obrigadas a prestar informações ao Fisco Municipal sobre as operações cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito ou débito promovidas por estabelecimentos de serviços localizados no Município de Tremembé:

a) as informações sobre operações efetuadas com cartões de crédito ou débito compreenderão os montantes globais por estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé, ficando proibida a identificação do tomador de serviço, salvo por decisão judicial, quando se tratar de pessoas físicas;

b) considera-se credenciadora a empresa prestadora de serviços para administradoras de cartões de crédito ou débito, em relação aos estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé, a pessoa jurídica responsável pela filiação destes estabelecimentos,

Protocolo Rubrica Fls 60

bem assim pela captura e transmissão das transações dos cartões de crédito e debito;

c) terá o prazo de 30 dias após o encerramento do mês para envio das informações supra citadas;

d) o não cumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará as pessoas jurídicas credenciadoras às seguintes infrações:

- Multa de 40 (quarenta) UFESP's por mês, pela não apresentação, na conformidade do regulamento, das informações relativas a utilização de cartões de crédito ou débito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados no Município de Tremembé;

- Multa de 40 (quarenta) UFESP's por mês, pela apresentação fora do prazo estabelecido em regulamento, ou pela apresentação com dados inexatos ou incompletos, das informações relativas à utilização de cartões de credito ou debito em estabelecimentos prestadores de serviços localizados em Município de Tremembé.

§ 11 - Para fins do disposto no inciso XV, o responsável tributário deverá exigir do prestador a comprovação de seu enquadramento como Microempreendedor Individual optante pelo SIMEI.

§ 12 - A administração tributária poderá adotar regime específico nos casos em que a particularidade da prestação dificulte ou inviabilize o cumprimento das obrigações previstas neste artigo.

ARTIGO 3º- A Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com as suas conseqüentes alterações, fica acrescida do artigo 78-A e 78-B, abaixo transcritos:

ARTIGO 78-A - São responsáveis pelo credito tributário, na qualidade de substituto tributário:

I-o tomador ou intermediário do serviço, exceto as pessoas e os respectivos serviços previstos no art. 78 desta lei, quando o prestador do serviço:

a) Não comprovar a inscrição cadastral ativa no Cadastro Municipal de receitas mobiliárias.
b) Obrigado a emissão de nota fiscal não o fizer.

II- A pessoa natural, jurídica ou ente despersonalizado que tenha interesse comum na situação que tenha dado origem à obrigação principal;

III- todo aquele que efetivamente concorra para a sonegação do imposto;

IV- o proprietário do imóvel e o dono da obra, em relação aos serviços tomados na execução de obras de construção civil, quando o prestador de serviço não comprovar o respectivo pagamento ao Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

ARTIGO 78-B - São responsáveis pelo crédito tributário, solidariamente com o contribuinte:

I- a pessoa natural ou jurídica, pelo credito tributário devido ao alienante, quando venha a adquirir fundo de comercio ou estabelecimento prestador de serviços, na hipótese de cessão por parte deste da exploração da atividade;

II- a pessoa natural ou jurídica, pelo credito tributário devido pelo alienante, até a data do ato, quando adquirir fundo de comercio ou estabelecimento prestador de serviços e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra denominação ou razão social, ou sob firma ou nome individual, na hipótese do alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6(seis) meses, a contar da data de alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de atividade;

III- a pessoa jurídica que resulte de fusão, transformação ou incorporação, pelo crédito tributário da pessoa jurídica fusionada, transformada ou incorporada;

IV- a pessoa jurídica que tenha absorvido patrimônio de outra em razão de decisão judicial, pelo crédito tributário da pessoa jurídica cindida, até a data do ato;

V- o espólio, pelo crédito tributário do "de cujus", até a data da abertura da sucessão e o inventariante pelo crédito tributário devido pelo espólio;

VI- o sócio remanescente ou seu espólio, pelo crédito tributário da pessoa jurídica extinta, caso continue a respectiva atividade, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual;

VII- o sócio, no caso de liquidação de sociedade de pessoas, pelo crédito tributário da sociedade;

VIII- os pais, o tutor ou curador, respectivamente pelo crédito tributário de seus filhos menores, tutelado ou curatelado;

IX- o administrador judicial, pelo crédito tributário devido pela massa falida.

ARTIGO 4º - O Artigo 79 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ARTIGO 79 - O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local:

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do Artigo 77 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios.

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

§ 2º - No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º - Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador, cujos serviços descritos no subitem 20.01 sejam executadas em águas dos rios existentes no território do município.

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do Artigo 82A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

ARTIGO 5º - O Artigo 82 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Artigo 82 - OMISSIS

I- 5% (cinco por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 12.01 a 12.17**;**

II- 5% (cinco por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 15.01 a 15.18**;** 21.01;

III- 3% (três por cento) sobre os preços dos serviços de obras de construção civil e de obras hidráulicas previstas nos subitens 7.02, bem como outros serviços constantes dos subitens 7.03 a 7.22

IV- 2% (dois por cento) sobre os preços dos serviços previstos nos subitens 1.01 a 1.09; 2.01; 3.02 a 3.04; 4.01 a 4.05; 4.07; 4.09 a 4.11; 4.17 a 4.23; 5.01 a 5.09; 6.03 a 6.06; 8.01 e 8.02; 9.01 e 9.02; 10.01 a 10.10; 11.01 a 11.04; 13.02 a 13.05; 14.01 a 14.14; 16.01 e 16.02; 17.01 a 17.25**;** 18.01; 19.01; 20.01 e 20.03; 22.01; 24.01; 25.01 a 25.05; 26.01; 27.01; 28.01; 30.01; 31.01; 33.01; 35.01; 37.01.

V- OMISSIS

VI- A base imponível do Imposto Sobre Serviços devido na prestação dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais será calculado sobre o valor dos emolumentos dos atos notariais e de registro praticados e demais verbas que representem remuneração pelos serviços prestados.

§ 1º - Não integra a base de cálculo o valor:

I- dos selos de fiscalização, taxas judiciárias e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;

Proc. 075/17 Fls 165
Rubrica:

II- de títulos pagos, apontados para protestos, dos juros de distribuição;
III- repassados a Juízes de paz conforme tabelas oficiais;

§ 2º - Incorporam-se a base de cálculo do imposto de que trata o caput deste artigo, no mês de seu recebimento, os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima de serventia.

§ 3º - A comprovação dos valores relativos ao item não sujeito à tributação do Imposto Sobre serviços se fará mediante demonstração dos repasses efetuados, conforme a legislação especifica que os rege.

§ 4º - Deverão ser mantidos os originais dos documentos comprobatórios de que trata o §3 acima, pelo prazo definido na legislação, e apresentados à Administração Tributaria sempre que solicitado.

§ 5º - Os tabeliães e escrivães deverão destacar em documento fiscal o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados.

§ 6º - O valor do imposto destacado, na forma do parágrafo acima, não integra o preço do serviço.

VII- Relativamente à prestação dos serviços a que se referem os subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista de serviços anexa, o imposto será calculado sobre a diferença entre os valores cobrados e os repasses em decorrência desses planos, a hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica, ambulatórios, prontos-socorros, casas de saúde e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, bem como a profissionais autônomos que prestem serviços descritos nos demais subitens do itens 4 e 5 da lista de serviço anexa a esta Lei, e desde que comprovados pelas respectivas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas - NFS, na forma do regulamento."

§ 1º - Em todos os casos previstos nos incisos **I a VII** deste artigo o imposto será recolhido mensalmente mediante preenchimento de Guias de Recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza- ISSQN, independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente ao vencido.

§ 2º - Os prestadores de serviços especificados nos itens 4.06; 4.08; 4.12; 4.13; 4.14; 4.15; 4.16; 6.01;6.02; 7.01; 9.03; 29.01; 32.01; 36.01; 38.01 e 39.01, da Lista de Serviços, pagarão imposto anualmente no valor de R$ 653,60 (seiscentos e cinqüenta e três reais e sessenta centavos) a época do seu efetivo pagamento, em 5 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira), vencerá até o dia 31de março, a 2ª (segunda) até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1.993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000– Fone:(012) 3607 1000 – Fax: (012) 3607 1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

§ 3º - OMISSIS

a) quando os serviços a que se referem os subitens 23.01, 34.01 e 40.01, da Lista de Serviços constante do artigo 77, o imposto será pago, anualmente, no valor de R$ 1.728,20 (Hum mil setecentos e vinte e oito reais e vinte centavos) a época do seu efetivo pagamento, em 5 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira), vencerá até o dia 31de março, a 2ª (segunda) até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

ARTIGO 6º - Ao artigo 82-A, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com as alterações posteriores, fica incluído o parágrafo único, com a seguinte redação:

PARÁGRAFO ÚNICO - O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

ARTIGO 7º – O artigo 84 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 84 - Deverão promover a abertura de inscrição no Cadastro Municipal de Receitas Mobiliárias, bem como suas alterações e encerramento, as seguintes pessoas estabelecidas no Município;

I - a pessoa natural, enquadrada como contribuinte ou responsável pelo ISSQN nos termos da legislação municipal;

II - a pessoa natural equiparada à pessoa jurídica nos termos da legislação municipal;

III - as pessoas jurídicas de direito privado;

Proc. 075/17 Fls 82
Rubrica:

IV - os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto os órgãos da Administração Pública Direta do Poder Executivo deste Município;

V - demais entidades, ainda que não caracterizadas como pessoa jurídica, enquadradas como contribuinte ou responsável pelo ISSQN nos termos da legislação municipal ou obrigadas à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

VI – os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas das administradoras de cartão de crédito e debito, descritos no subitem 15.01.

§ 1º - A administração Tributaria poderá exigir, do prestador de serviço que emitir nota fiscal ou qualquer outro documento que acoberte a prestação do serviço por outro Município, para tomador estabelecido no Município de Tremembé, os mesmos procedimentos previstos no caput deste artigo.
§ 2º - A inscrição de que trata o artigo será promovida para tantos quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividade, e cada inscrição terá um documento comprobatório que é intransferível, devendo ser substituído sempre que venha a ocorrer modificação em seus dados.
§ 3º - A Administração tributária poderá promover, ex-officio, a abertura, a alteração e o cancelamento de inscrições com disponibilidade parcial ou total dos dados do contribuinte ou do responsável, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

ARTIGO 8º - Fica acrescida à Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, o artigo 84-A, com a seguinte redação:

ARTIGO 84-A - O sujeito passivo elencado no artigo 84 deve promover sua inscrição no cadastro fiscal de prestadores de serviço no prazo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da data do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessárias para a correta fiscalização do tributo nos formulários oficiais próprios.

§ 1º - Para cada local de prestação de serviços o contribuinte deve fazer inscrições distintas.
§ 2º - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.
§ 3° - No primeiro exercício em que ocorrer o inicio da atividade dos prestadores de serviços, a que referem os itens constantes dos §2°, §3° e §4°, do artigo 82, o imposto será recolhido com 50% (cinquenta por cento) do valor de lançamento, ficando vedado o desconto para nova inscrição, no ano seguinte, caso o contribuinte efetue baixa de sua inscrição dentro do exercício de sua efetivação.

Proc. 075/17 Fls 69
Rubrica:

ARTIGO 9º - O artigo 88 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARTIGO 88 - O lançamento do imposto será feito:

I- Por homologação, nos casos de recolhimento mensal antecipado pelo contribuinte ou responsável, com base no registro de seus livros e documentos fiscais e/ou contábeis;
II- Mensalmente, de oficio, por estimativa, observado o disposto no artigo 92 do Código Tributário Municipal;
III- De oficio, por arbitramento, nos termos do artigo 83 do Código Tributário Municipal;
IV- O lançamento do ISSQN sujeito a tributação por valor fixo, será efetuado nos termos previstos no art.82, §§ seguintes da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007.

§ 1º - O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do artigo 82, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII.

§ 2º - Nos casos de diversões publicas, previstos no item 12 e subitens, da lista de Serviços do artigo 77, se o prestador do serviço não tiver estabelecimento fixo e permanente no Município, o imposto será calculado diariamente.

§ 3º - O imposto será calculado pela Fazenda Municipal, anualmente, nos casos dos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 82.

ARTIGO 10 - Fica revogado o Artigo 95 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007

ARTIGO 11- Fica revogado o Artigo 96 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 12- Fica acrescido à Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 o Artigo 103-A, com a seguinte redação:

ARTIGO 103-A - A não observância, pelo sujeito passivo, de qualquer dever instrumental imposto pela legislação tributária, no interesse da arrecadação ou fiscalização, sujeitará o infrator ao pagamento de multa de 20 (vinte) UFESP'S, sendo-lhe vedado expressamente:

Proc. 075/17 Fls 70
Rubrica

I- desatender a notificação para inscrição no cadastro fiscal;
II- fornecer ao cadastro fiscal dados inexatos ou incompletos, de cuja aplicação possa resultar, para o sujeito passivo, proveito de qualquer natureza;
III- deixar de declarar o imposto sobre serviços no prazo determinado;
IV- deixar de remeter à Administração documento exigido por lei ou regulamento;
V- negar-se a exibir livros e documentos de escrita comercial e fiscal;
VI- reter e deixar de recolher o imposto sob o regime de retenção na fonte;
VII- utilizar nota fiscal ou livro de prestação de serviço sem a devida autorização do órgão fiscalizador;
VIII- não transmitir a declaração mensal de serviços no prazo estabelecido;
IX- enviar declaração com dados incorretos e/ou com omissão de informações;
X- deixar de atender intimação no prazo estabelecido;
XI- Não comunicar a baixa no prazo de 30 dias após o encerramento na Receita Federal e ou Secretária de Fazenda de Estado

§ 1º - Ficará submetido à multa prevista no "caput", o sujeito passivo, por qualquer ação ou omissão não prevista nos incisos anteriores, que importem em descumprimento de dever instrumental.

§ 2º - Na reincidência das infrações previstas neste artigo, aplicar-se-á em dobro a penalidade estipulada e, no triplo, no caso de persistência.

ARTIGO 13 - Fica revogado os artigos 106, 107 e 108 com seus respectivos incisos e parágrafos, da Lei Complementar 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 14 - Passa vigorar com a redação do artigo 103-A, a multa criada para descumprimento de dever instrumental imposto pela legislação municipal.

ARTIGO 15 - O Executivo poderá mediante decreto regulamentar, no todo ou em parte a presente lei, se necessário.

ARTIGO 16 - Está lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PARAGRAFO ÚNICO - Excetuam-se ao disposto no caput deste artigo, as alterações incluídas pelo artigo 79, que entra em vigor a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação, observada a anterioridade nonagesimal.

Proc. 25/17 Fls 71
Rubrica

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de setembro de 2017.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de setembro de 2017.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário-Chefe de Gabinete do Prefeito